



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

ATO Nº 369/2022

O Excelentíssimo Desembargador Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que estabelece o art. 54, inciso III e seu parágrafo único, e o art. 55, Inciso I, alínea "a", inciso II da Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), de 04/05/2000,

**RESOLVE:**

Republicar o Relatório de Gestão Fiscal do Poder Judiciário.

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(JANEIRO A DEZEMBRO/2021)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>1.145.665.494,41</b>	<b>1.191.942,91</b>
Pessoal Ativo	822.889.104,04	1.191.942,91
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	741.398.607,05	0,00
Obrigações Patronais	81.490.496,99	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas (a)	322.776.390,37	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas (a)	257.050.548,27	0,00
Pensões (a)	65.725.842,10	0,00
contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (a)	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>212.067.575,56</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	528.982,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	91.509.439,08	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (b)	120.029.153,71	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos de aporte para cobertura de déficit financeiro	0,00	0,00
<b>DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>933.597.918,85</b>	<b>1.191.942,91</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>18.821.227.339,89</b>	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166º I da CF)	24.989.986,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166º II da CF)	23.550.693,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA	18.772.686.660,89	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)</b>	<b>934.789.861,76</b>	<b>4,98%</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III. art. 20 da LRF)	1.126.361.199,65	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único. art. 22 da LRF)	1.070.043.139,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.013.725.079,69	5,40



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS 1.00

DESPESA COM PESSOAL													TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	(MR-1)	(MR-2)	(MR-3)	(MR-4)	(MR-5)	(MR-6)	(MR-7)	(MR-8)	(MR-9)	(MR-10)	(MR-11)	(MR-12)		
	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21		
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>88.852.207,02</b>	<b>83.846.558,52</b>	<b>85.495.537,95</b>	<b>85.251.183,10</b>	<b>84.866.121,58</b>	<b>92.561.492,40</b>	<b>91.900.911,53</b>	<b>90.122.093,95</b>	<b>94.758.249,63</b>	<b>101.115.296,34</b>	<b>115.055.877,60</b>	<b>131.839.964,79</b>	<b>1.145.665.494,41</b>	<b>1.191.942,91</b>
<b>Pessoal Ativo</b>	<b>62.250.995,29</b>	<b>57.985.205,00</b>	<b>59.084.619,10</b>	<b>59.027.171,30</b>	<b>58.917.643,50</b>	<b>66.026.526,96</b>	<b>65.561.987,75</b>	<b>63.662.652,68</b>	<b>68.321.083,65</b>	<b>74.377.811,40</b>	<b>88.742.003,91</b>	<b>98.931.403,50</b>	<b>822.889.104,04</b>	<b>1.191.942,91</b>
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	56.088.933,91	51.763.064,07	52.996.757,42	52.838.813,78	52.664.491,65	59.759.824,33	59.427.557,10	57.375.967,58	61.792.823,70	68.061.872,71	82.308.334,37	86.320.166,43	741.398.607,05	1.191.942,91
Obrigações Patronais	6.162.061,38	6.222.140,93	6.087.861,68	6.188.357,52	6.253.151,85	6.266.702,63	6.134.430,65	6.286.685,10	6.528.259,95	6.315.938,69	6.433.669,54	12.611.237,07	81.490.496,99	0,00
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas (a)</b>	<b>26.601.211,73</b>	<b>25.861.353,52</b>	<b>26.410.918,85</b>	<b>26.224.011,80</b>	<b>25.948.478,08</b>	<b>26.534.965,44</b>	<b>26.338.923,78</b>	<b>26.459.441,27</b>	<b>26.437.165,98</b>	<b>26.737.484,94</b>	<b>26.313.873,69</b>	<b>32.908.561,29</b>	<b>322.776.390,37</b>	<b>0,00</b>
Aposentadorias, Reserva e Reformas (a)	20.969.723,60	20.478.188,88	20.813.896,08	20.776.594,58	20.659.350,04	21.306.670,44	21.037.722,44	21.217.825,42	21.012.222,67	21.168.446,49	21.093.841,16	26.516.066,47	257.050.548,27	0,00
Pensões (a)	5.631.488,13	5.383.164,64	5.597.022,77	5.447.417,22	5.289.128,04	5.228.295,00	5.301.201,34	5.241.615,85	5.424.943,31	5.569.038,45	5.220.032,53	6.392.494,82	65.725.842,10	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente (a)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>30.115.548,77</b>	<b>25.615.454,23</b>	<b>28.011.927,79</b>	<b>27.651.301,36</b>	<b>-52.565.742,82</b>	<b>13.531.685,43</b>	<b>10.922.727,99</b>	<b>14.609.525,96</b>	<b>16.315.654,48</b>	<b>30.938.380,06</b>	<b>38.590.216,83</b>	<b>28.330.895,48</b>	<b>212.067.575,56</b>	<b>0,00</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.817,55	17.731,11	95.577,70	-23.333,86	30.786,77	99.500,56	151.808,04	133.282,95	18.395,35	-146.324,36	56.969,06	83.771,90	528.982,77	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	3.503.519,49	-263.630,40	1.505.431,24	1.450.623,42	3.418.820,49	4.870.099,07	2.378.649,03	5.953.789,38	7.789.953,89	15.222.231,82	30.020.915,51	15.659.036,14	91.509.439,08	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (b)	26.601.211,73	25.861.353,52	26.410.918,85	26.224.011,80	-56.015.350,08	8.562.085,80	8.392.270,92	8.522.453,63	8.507.305,24	15.862.472,60	8.512.332,26	12.588.087,44	120.029.153,71	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos de aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS (art. 3º da IN TC 41/2017) (c)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>58.736.658,25</b>	<b>58.231.104,29</b>	<b>57.483.610,16</b>	<b>57.599.881,74</b>	<b>137.431.864,40</b>	<b>79.029.806,97</b>	<b>80.978.183,54</b>	<b>75.512.567,99</b>	<b>78.442.595,15</b>	<b>70.176.916,28</b>	<b>76.465.660,77</b>	<b>103.509.069,31</b>	<b>933.597.918,85</b>	<b>1.191.942,91</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.821.227.339,89	-												
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	24.989.986,00	-												
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	23.550.693,00	-												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	18.772.686.660,89	-												
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	934.789.861,76	4,98%												
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.126.361.199,65	6,0												
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.070.043.139,67	5,7												
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.013.725.079,69	5,4												

1 - Despesas: SIGEFES - Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, Demonstrativo da Despesa de Inativos e Pensionistas do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário elaborado pela Gerência de Finanças do IPAJM-Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo  
2 - Receitas: Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Subgerência de Informações Fiscais e Contabilidade de Custos da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio eletrônico  
3 - Os dados da Despesa com Pessoal Inativo e Pensionistas, de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados e Inativos e Pensionistas com Recursos de aporte para cobertura de déficit financeiro do RPPS foram fornecidos pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM

## NOTAS EXPLICATIVAS

**Item 1** - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- b) despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

<MR> - Essa coluna identifica a Despesa com Pessoal liquidada no mês de referência. O mês Correspondente deve ser apresentado no formato <mmm/aa>. Ex.: Abr/11.

<M <MR>, <MR-2>, <MR-3>... - Essas colunas identificam Despesa com Pessoal liquidada nos meses anteriores, isto é, mês de referência menos um mês, mês de referência menos dois meses, e assim por diante.

Os meses anteriores correspondentes devem ser informados no formato <mmm/aa>. Ex.: considerando como mês de referência abril de 2011, <MR-1> será Mar/11, <MR-2> será Fev/11, <MR-3> será Jan/11,

<MR-4> será Dez/10, e assim por diante.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

**Item 2** – O cômputo dos valores apresentados na linha da despesa de "Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração" foram efetuados conforme planilha que segue:

<b>MÊS/ANO</b>	<b>319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - SERVIDORES E MAGISTRADOS ATIVO</b>	<b>319092 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES- INATIVOS E PENSIONISTAS</b>	<b>TOTAL</b>
jan/21	3.503.519,49	0,00	3.503.519,49
fev/21	-263.630,40	0,00	-263.630,40
mar/21	1.505.431,24	0,00	1.505.431,24
abr/21	1.450.623,42	0,00	1.450.623,42
mai/21	1.225.226,13	2.193.594,36	3.418.820,49
jun/21	4.535.504,70	334.594,37	4.870.099,07
jul/21	2.320.901,16	57.747,87	2.378.649,03
ago/21	5.716.067,66	237.721,72	5.953.789,38
set/21	7.534.721,39	255.232,50	7.789.953,89
out/21	14.933.366,17	288.865,65	15.222.231,82
nov/21	29.818.005,28	202.910,23	30.020.915,51
dez/21	15.305.797,56	353.238,58	15.659.036,14
<b>TOTAL</b>	<b>87.585.533,80</b>	<b>3.923.905,28</b>	<b>91.509.439,08</b>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")							R\$ 1,00			
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA  (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA	RESTOS A PAGAR	EMPENHOS NÃO	DISPONIBILIDADE DE	
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)=(a-(b+c+d+e))	EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO (g)	CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (h)=(f-g)	
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	<b>37.122.427,64</b>	<b>3.470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.498,10</b>	<b>37.109.459,54</b>	<b>19.585.975,46</b>	<b>0,00</b>	<b>17.523.484,08</b>	
Recursos Não Vinculados de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Recursos Tribunal de Justiça</b>	<b>37.122.427,64</b>	<b>3.470,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>9.498,10</b>	<b>37.109.459,54</b>	<b>19.585.975,46</b>	<b>0,00</b>	<b>17.523.484,08</b>	
Recursos Ordinários: Fonte 101	20.740.787,63	3.470,00	0,00	0,00	9.498,10	20.727.819,53	3.204.335,46		17.523.484,07	
Superávit Financeiro- Recursos Ordinários: Fonte 301	16.381.640,01	0,00	0,00	0,00	0,00	16.381.640,01	16.381.640,00	0,00	0,01	
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	<b>124.806.783,84</b>	<b>534.199,31</b>	<b>121.789,84</b>	<b>2.090.139,36</b>	<b>7.858.311,65</b>	<b>114.202.343,68</b>	<b>15.617.785,54</b>	<b>0,00</b>	<b>98.584.558,14</b>	
Cauções e Depósitos Restituíveis	7.805.048,96	0,00	0,00	0,00	7.805.048,96	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Tribunal de Justiça (cauções e depósitos restituíveis)	1.310.063,47	0,00	0,00	0,00	1.310.063,47	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário (cauções e depósitos restituíveis)	6.494.985,49	0,00	0,00	0,00	6.494.985,49	0,00			0,00	
<b>Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário</b>	<b>117.001.734,88</b>	<b>534.199,31</b>	<b>121.789,84</b>	<b>2.090.139,36</b>	<b>53.262,69</b>	<b>114.202.343,68</b>	<b>15.617.785,54</b>	<b>0,00</b>	<b>98.584.558,14</b>	
Arrecadado Pelo Órgão: Fonte 271	113.243.347,69	317.710,26	121.789,84	1.090.660,50	53.262,68	111.659.924,41	13.075.366,27		98.584.558,14	
Superávit Financeiro Fonte 671	3.758.387,19	216.489,05	0,00	999.478,86	0,01	2.542.419,27	2.542.419,27		0,00	
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>161.929.211,48</b>	<b>537.669,31</b>	<b>121.789,84</b>	<b>2.090.139,36</b>	<b>7.867.809,75</b>	<b>151.311.803,22</b>	<b>35.203.761,00</b>	<b>0,00</b>	<b>116.108.042,22</b>	

FONTE: SIGEFES-Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo.

## NOTAS EXPLICATIVAS ANEXO V

**Item 1** - Na apuração das disponibilidades não foram registradas as despesas com atributo permanente "P", cujo levantamento foi realizado pela Comissão para levantamento do passivo constituída através do ato nº 200/21 publicado em 26/11/2021 e processo 2014.00.077.287, com o objetivo de promover o levantamento referente às dívidas constantes dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. Após apuração das dívidas obteve-se o montante de R\$ 101.041.328,91( cento e um milhões, quarenta e um mil, trezentos e vinte e oito reais, noventa e um centavos) conforme detalhamento a seguir:

R\$ 1,00	
221110100 - PESSOAL A PAGAR	91.576.937,22
221419911- ENCARGOS PATRONAIS SOBRE DIFERENÇAS SALARIAIS A PAGAR	1.959,62
221420111 - ENCARGOS PATRONAIS SOBRE DIFERENÇAS SALARIAIS A PAGAR	9.462.432,07
<b>TOTAL.....</b>	<b>101.041.328,91</b>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

Item 2 – Na coluna (b) “OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS” estão sendo considerados os seguintes valores:

<b>Recursos Tribunal de Justiça (R\$ 1,00)</b>	
<b>000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>1.310.063,47</b>
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.310.063,47
<b>101 - RECURSOS ORDINÁRIOS</b>	<b>9.498,10</b>
218810116 - RETENÇÃO RELATIVA A VALE TRANSPORTE	9.498,10
<b>Recursos Fundo Especial do Poder Judiciário (R\$ 1,00)</b>	
<b>000 - CAUÇÕES E VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>6.494.985,49</b>
218810401 - DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.044.883,66
218810410 - DEVOLUÇÃO DE VALORES A QUEM DE DIREITO	807,44
218810412 - VALORES RETIDOS DE FORNECEDORES POR DETERMINAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA	5.449.294,39
<b>FUNEPJ - FUNDO DO PODER JUDICIÁRIO DO ES</b>	<b>53.262,69</b>
<b>218810107 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIVERSAS AOS TESOUROS</b>	<b>38.299,17</b>
Arrecadado Pelo Órgão: Fonte 271	38.299,16
Superávit Financeiro Fonte 671	0,01
218813000 - DEPÓSITOS PENDENTES DE IDENTIFICAÇÃO	13.084,70
218910100 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.878,82



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2021

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE	
Receita Corrente Líquida		18.821.227.339,89	
Receita Corrente Líquida Ajustada		18.772.686.660,89	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
<b>Despesa Total com Pessoal - DTP</b>		<b>934.785.562,24</b>	<b>4,98%</b>
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6%		1.126.361.199,65	6,0%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 5,7%		1.070.043.139,67	5,7%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)		1.013.725.079,69	5,4%
RESTOS A PAGAR		35.203.761,00	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
<b>Valor Total</b>		<b>35.203.761,00</b>	<b>116.108.042,22</b>

**Despesa:** SIGEFES-Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo, Demonstrativo da Despesas de Inativos e Pensionistas do Fundo Financeiro e Fundo Previdenciário elaborado pela Gerência de Finanças do IPAJM-Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo.  
**Receitas:** Os dados da Receita Corrente Líquida foram fornecidos pela Subgerência de Informações Fiscais e Contabilidade de Custos da Secretaria de Estado da Fazenda, por meio eletrônico.

Vitória 28 de junho de 2022

**Des. FABIO CLEM DE OLIVEIRA**  
Desembargador Presidente

**Marcelo Tavares de Albuquerque**  
Secretário Geral

**Fabio Cardoso Mello**  
Secretário de Finanças e Execução Orçamentária

**José Adriano Pereira**  
Secretário de Controle Interno

**Soneide de Almeida Santos**  
Coordenadora de Contabilidade

**Frederico de Sá Magalhães**  
Coordenador de Auditoria